

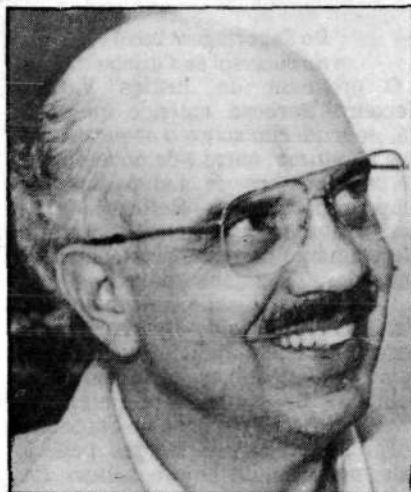
Professores rejeitam destinação de verbas públicas para as instituições particulares

Da Reportagem Local

As entidades representativas dos professores do Estado de São Paulo se opuseram ao texto aprovado neste fim-de-semana pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que prevê a destinação de "recursos públicos a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias". As entidades — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Centro do Professorado Paulista (CPP) e Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)—, apoiadas pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), apoiavam a emenda constitucional que previa a destinação de verbas do governo apenas para escolas públicas e que foi rejeitada durante a votação.

O presidente da Adusp e vice-presidente regional da Andes, Francisco Miraglia, 41, disse que o texto, tal como foi aprovado, "mantém a liberalidade do Ministério da Educação com as verbas públicas, favorecendo um uso clientelístico". Segundo ele, a situação pode até se agravar com a dispersão dos escassos recursos públicos entre as particulares.

O presidente da Apeoesp, João Antonio Felício, 37, considerou o



Luiz E. Wanderley, reitor da PUC-SP

texto uma "derrota para a educação pública". Felício prevê consequências graves, principalmente para as escolas da periferia "onde já falta de tudo por causa da falta de verbas". Segundo ele, as escolas confessionais atendem à classe média alta e devem se manter com o dinheiro daqueles que frequentam as escolas.

O CPP por sua vez, concorda com a posição das outras entidades. Segundo sua vice-presidenta, Loretana



Francisco Miraglia, presidente da Adusp

Paolieri Pancera, 61, "nada mais justo que os recursos públicos sejam destinadas às escolas públicas".

O reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Luiz Eduardo Wanderley, 51, considera que a aprovação da destinação de recursos públicos a escolas privadas pode favorecer a PUC-SP na obtenção de verbas junto aos governos estadual e federal, cujos pedidos

Fotos Banco de Dados

já estão em curso. Ele ressalva, no entanto, que a PUC-SP pleiteava a aprovação do texto com prerrogativas para o poder público controlar a aplicação destas verbas. Ele sugere que a destinação das verbas seja baseada na qualidade de ensino da instituição, na existência de projetos de pesquisa na área social, e que as universidades públicas pudessem participar dos colegiados de suas pares para controlar a aplicação do dinheiro, além da supervisão do Tribunal de Contas.

Ensino religioso

Outro ponto polêmico do texto da Comissão de Sistematização diz respeito à matrícula facultativa em ensino religioso nas escolas públicas. Para Francisco Miraglia, "não há razão para isto. O ensino público tem que ser laico".

O professor de ensino religioso do Colégio Santa Cruz, Flavio Di Giorgi, 54, diz que a implantação deve ser condicionada ao pluralismo no ensino religioso. Segundo ele, "a medida em si é boa, desde que seja respeitada uma visão ecumênica e prática".

Já para João Antonio Felício, da Apeoesp, alguma disciplina vai perder horas de aula com o ensino de religião no horário normal. "Não é papel da escola ensinar religião."